

# **ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS E A ATRATIVIDADE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES NO PERÍODO 1991-2000**

## **EDUARDO PAULON GIRARDI**

Mestrando em Geografia – FCT/Unesp de Presidente Prudente  
Membro do NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária)  
Bolsista FAPESP  
girardi@estudante.prudente.unesp.br

## **BERNARDO MANÇANO FERNANDES**

Professor do Departamento de Geografia – FCT/Unesp de Presidente Prudente  
Coordenador do NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária)  
Pesquisador do CNPq  
bmf@prudente.unesp.br

## **FRANSÉRGIO NORONHA DE OLIVEIRA**

Licenciando em Geografia – FCT/Unesp de Presidente Prudente  
Membro do NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária)  
Bolsista CNPq  
fransergio\_n@yahoo.com.br

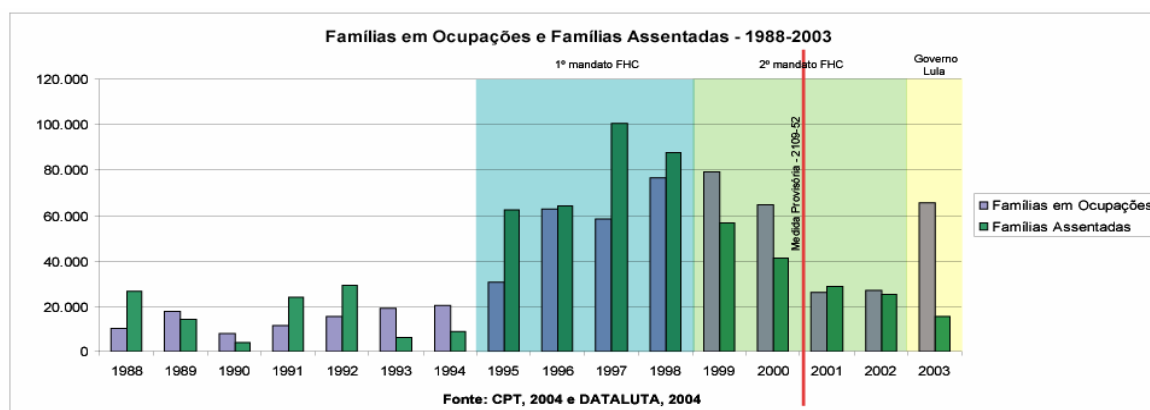
## **INTRODUÇÃO**

Este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e que teve como objetivo principal analisar a relação entre a implantação de assentamentos rurais e a dinâmica populacional de municípios do Estado do Paraná no período 1991-2000. Paralelamente à classificação elaborada por Veiga (2001), sobre a atratividade populacional foram elaboradas outras classificações, afim de melhor perceber os impactos causados pelos assentamentos na dinâmica populacional dos municípios. Os dados utilizados relativos à população são dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e os dados de assentamentos são do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATA LUTA).

As questões colocadas e sobre as quais o trabalho foi desenvolvido são as seguintes: qual a participação da população dos assentamentos implantados entre o período de 1991-2000 na adição populacional que classifica os municípios como atraentes, proposta por Veiga (2001)? A classificação de Veiga é suficiente para perceber os impactos dos assentamentos na dinâmica populacional? Procuramos responder estas questões no final deste artigo.

## OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS: IMPACTO NOS MUNICÍPIOS

A ocupação de terras é a mais eficaz forma de luta pela terra no Brasil. No gráfico 1 apresentamos a relação ocupação de terra e implantação de assentamentos, onde se observa o crescimento do número de famílias em ocupações associado ao crescimento do número de famílias assentadas. Apresentamos também o impacto da medida provisória 2109-52, que criminaliza a ocupação de terra. Com a criação dessa medida o número de famílias em ocupações diminuiu pela metade, voltando a crescer somente no governo Lula.



**Gráfico 1 – Ocupações de Terra e Assentamentos Implantados no Brasil no período 1988-2003**

O quadro 1 mostra a quantidade de ocupações ocorridas nos estados do Sul, na região Sul e no Brasil no período 1988-2002. O Estado do Paraná é o que apresenta maior número de ocupações na região Sul e corresponde a 9% das ocupações no Brasil.

**Quadro 1 – Ocupações de terra – 1988-2002**

Estados, Região e País	Nº de Ocupações	Percentual das ocupações	Nº de Famílias em ocupações	Percentual das famílias em relação ao total do Brasil
Santa Catarina	100	3,00%	14.627	2,70%
Rio Grande do Sul	107	3,00%	39.266	7,20%
Paraná	324	9,00%	40.177	7,40%
Região Sul	531	15,00%	94.070	17,40%
Brasil	3.546	100,00%	542.070	100,00%

Fonte: CPT – Comissão Pastoral da Terra. Sistematização de dados – DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2002.

O quadro 2 apresenta o número de ocupações e o número de assentamentos implantados no Estado do Paraná no período 1991-2002.

**Quadro 2 – Paraná: ocupações e assentamentos – 1991-2000**

<b>Ano</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Assentamento rural</b>
1991	13	11
1992	8	30
1993	6	2
1994	7	3
1995	11	27
1996	37	12
1997	53	33
1998	62	44
1999	70	49
2000	20	35
<b>TOTAL</b>	287	246

Fonte: CPT – Comissão Pastoral da Terra, Sistematização de dados – DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2002.

O quadro 2 é uma referência importante para compreendermos o poder da ocupação de terra para pressionar o Estado na implantação de assentamentos. Estabelecendo uma relação entre o gráfico 1 e o quadro 2, observa-se que a criação de assentamentos é acompanhada pressão das ocupações de terra.

A implantação de assentamentos rurais promove impactos socioterritoriais no município. Dependendo da escala do impacto, definida pelo número de famílias que chegam ao município, bem como pelo número de assentamentos implantados, num primeiro momento, alteram-se simultaneamente as estruturas populacional e fundiária. O impacto socioterritorial na estrutura populacional acontece com a chegada dos novos habitantes, a população pode crescer e aumenta a demanda por serviços públicos como saúde, educação, transporte etc. Esse impacto é acompanhado por outros tipos de impactos socioterritoriais, como, por exemplo, o impacto econômico, que acontece em um segundo momento, com a produção agropecuária pelos assentados. O impacto altera a dinâmica produtiva modificando os sistemas agrários e intensificando o comércio. Exemplos de casos de impactos de assentamentos foram estudados por Leite *et al* (2004).

O impacto socioterritorial na estrutura fundiária pode ser observado a partir quatro tipos de mudanças: as diferencialidades territoriais positivas e negativas (aumento ou diminuição relativa dos números de imóveis e ou de áreas), um diferencial de territorialização (aumento da área por estrato) e um diferencial de desterritorialização (diminuição da área por estrato). Exemplos de impactos na estrutura fundiária foram estudados por Fernandes (2004).

Para analisar os impactos socioterritoriais na estrutura populacional, utilizamos como referência os estudos de Veiga (2001) e apresentamos uma nova forma de classificação afim de melhor perceber os impactos causados pelos assentamentos na dinâmica populacional dos municípios.

No quadro 3 apresentamos a distribuição do número de assentamentos segundo as classes de população dos municípios. A concentração dos assentamentos ocorre nos municípios que têm população entre 2001 e 50000 habitantes.

**Quadro 3 – Paraná - Distribuição dos assentamentos segundo classe de população dos municípios.**

<b>Classe de População dos municípios (hab)</b>	<b>Assentamentos</b>
Até 2 000	1
De 2 001 a 5 000	13
De 5 001 a 10 000	33
De 10 001 a 20 000	34
De 20 001 a 50 000	14
De 50 001 a 75 000	2
De 75 000 a 100 000	1
Mais de 100 001	3
<b>TOTAL</b>	<b>101</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## **O QUE SÃO MUNICÍPIOS ATRAENTES**

Em seu trabalho intitulado “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”, publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em 2001, José Eli da Veiga estabelece uma série de tipologias para definir o rural e o urbano. Ele classifica como “rurbanos” os municípios que “têm populações entre 50 e 100 mil, quanto os que têm menos de 50 mil, mas densidades superiores a 80 hab/km<sup>2</sup>” (p.19). Esses municípios classificados como rurbanos ele divide em 3 categorias segundo a diferença populacional em 1991 e em 2000, que são:

- a dos *atraentes*, que tiveram fortes quedas populacionais relativas (e muitas vezes absolutas).
- a dos *letárgicos*, que também tiveram perdas relativas, mas assim mesmo cresceram em termos absolutos em compassos não muito distantes ao de seus respectivos estados

- e a dos *atraentes*, que tiveram crescimentos superiores aos de seus estados. (p.20)

Deste modo, como a média de crescimento dos municípios do Estado do Paraná foi de 13,19%, todos os municípios com crescimento populacional acima desta porcentagem foram considerados como atraentes, neste artigo. Não utilizamos a classificação de “rurbano” estabelecida por Veiga (2001). A partir dessa classificação e o cruzamento com dados de assentamentos implantados entre 1991 e 2000 nos municípios estudados, realizamos diversas análises, das quais apresentamos algumas neste artigo.

O Estado do Paraná possui 399 municípios, sendo que a média de crescimento entre eles de 13,19%. Do total de municípios do Paraná, 51 podem ser classificados como atraentes. Ainda entre os 399 municípios, 101 tiveram assentamentos implantados entre o ano de 1991 e 2000. Entre esses 101 municípios, apenas 9 podem ser classificados como atraentes, segundo a classificação de Veiga (2001). (ver quadro 4). A distribuição dos municípios atraentes segundo classes de população pode ser vista no quadro 5.

#### Quadro 4 – Resultado das investigações sobre os municípios atraentes

Média do Cresc. Da Pop. Total 1991-2000 do PR = 13,19%
Municípios no Estado do Paraná = 399
Municípios do PR com assentamentos depois de 1990 = 101
Municípios Atraentes do Paraná = 51
Municípios Atraentes com Assentamentos Implantados = 9
Municípios que tiveram perda de população rural = 295

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

#### Quadro 5 – Distribuição dos municípios atraentes nas classes de população

Classe de População (hab)	Municípios
Até 2 000	-
De 2 001 a 5 000	4
De 5 001 a 10 000	5
De 10 001 a 20 000	14
De 20 001 a 50 000	8
De 50 001 a 75 000	2
De 75 000 a 100 000	5
Mais de 100 001	13
TOTAL	51

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## **UMA OUTRA CLASSIFICAÇÃO VOLTADA AOS IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS**

Além da classificação estabelecida por VEIGA (2001), adotamos uma outra classificação estatística para tentar detectar os impactos populacionais ocasionados pelos assentamentos nos municípios do Estado do Paraná. Para o nosso propósito, a porcentagem de 13,19% não é uma boa referência, pois sendo a população dos assentamentos muitas vezes pequena, uma porcentagem tão alta dificultaria a detecção das alterações.

Adotamos então o limite entre -3% e 3% como sendo um intervalo limite aceitável de mobilidade populacional de um município. Os municípios que tiveram taxa de decréscimo populacional abaixo de -3% foram considerados municípios com perda populacional (MPP) e os que receberam mais do que 3% foram considerados municípios com acréscimo populacional (MAP). Esses mesmos limites foram aplicados para as análises da população total e da população rural.

Uma primeira investigação foi a de detectar os municípios em que houve êxodo rural no período 1991-2000. Dentre os 399 municípios do Paraná, 295 apresentaram diminuição da população rural. As classes populacionais em que esses municípios se concentram é a que vai de 2.001 à 50.000 hab, como pode ser visto no quadro 6.

**Quadro 6 – Distribuição dos municípios com diminuição da população rural nas classes de população**

<b>Classe de População (hab)</b>	<b>Municípios</b>
Até 2 000	2
De 2 001 a 5 000	44
De 5 001 a 10 000	94
De 10 001 a 20 000	85
De 20 001 a 50 000	46
De 50 001 a 75 000	6
De 75 000 a 100 000	8
Mais de 100 001	10
<b>TOTAL</b>	<b>295</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No quadro 7, apresentamos uma síntese das mudanças nas estruturas populacionais dos municípios paranaenses. São 101 os municípios com assentamentos implantados, sendo que desses 68 apresentaram êxodo rural, o qual poderia ser maior se não fosse a implantação dos assentamentos rurais (ver quadro

8). 11 municípios apresentaram uma relativa estabilidade entre a população rural de 1991 e 2000, sendo que a diferença ficou entre -3% e 3%. Já quando é considerada a população total, 47 municípios apresentaram estabilidade entre 1991 e 2000, ficando a diferença entre -3% e 3%.

Três municípios apresentaram estabilidade na população total, porém apresentaram crescimento da população rural superior a 3%. Os municípios que apresentaram estacionamento da população rural e crescimento da população total foram 10. São 21 os municípios que apresentaram crescimento da população total e da população rural superiores a 3%, sendo que desses, 7 tiveram assentamentos implantados (ver quadro 9). Os municípios com crescimento da população rural superior a 3% foram 25, sendo que 8 tiveram assentamentos implantados (ver quadro 10). Por último, destacamos que em 48 municípios a população assentada entre 1991 e 2000 corresponde a mais de 3% da população rural em 1991.

#### Quadro 7 – Resultado das investigações sobre a dinâmica populacional e assentamentos

Municípios que mesmo com a implantação de assentamentos tiveram êxodo rural = 68
Municípios em que a diferença da população rural de 1991 a 2000 ficou entre -3% e 3% = 11
Municípios em que a diferença da população total de 1991 a 2000 ficou entre -3% e 3% = 47
Municípios em que a diferença da população total de 1991 a 2000 ficou entre -3% e 3% e com crescimento da população rural maior que 3% = 3
Municípios em que a diferença da população rural de 1991 a 2000 ficou entre -3% e 3% e com crescimento da população total maior que 3% = 10
Municípios com crescimento da população total e população rural de 91 para 2000 maior do que 3% = 21
Municípios com crescimento da população total e população rural de 91 para 2000 maior que 3% com assentamentos = 7
Municípios com crescimento da população rural 1991-2000 maior que 3% = 25
Municípios com crescimento da população rural 1991-2000 maior que 3% com assentamentos = 8
Municípios em que a população assentada representa mais de 3% da população rural em 1991 = 48

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

#### Quadro 8 – Municípios com assentamentos e que apresentaram diminuição da população rural no período 1991-2000

Município	Diferença Pop. Rural 91-2000	Município	Diferença Pop. Rural 91-2000
Altamira do Paraná - PR	-13.11	Mangueirinha - PR	-45.16
Alvorada do Sul - PR	-40.53	Manoel Ribas - PR	-11.86
Araongas - PR	-19.71	Marilena – PR	-16.10
Bandeirantes - PR	-39.20	Marmeleiro - PR	-42.76
Barracão - PR	-66.22	Medianeira - PR	-49.62
Bela Vista do Paraíso - PR	-42.26	Nova Cantu - PR	-16.60
Campo Bonito - PR	-19.89	Nova Fátima - PR	-28.76
Cândido de Abreu - PR	-20.05	Nova Londrina - PR	-11.93
Cantagalo - PR	-72.24	Ortigueira – PR	-23.71
Carlópolis - PR	-15.07	Palmas – PR	-67.14
Castro – PR	-18.46	Palmeira – PR	-4.16
Centenário do Sul - PR	-39.71	Palmital – PR	-48.34
Chopininho - PR	-38.58	Paraíso do Norte - PR	-39.27

Clevelândia - PR	-25.18	Paranacity - PR	-48.18
Conselheiro Mairinck - PR	-16.57	Peabiru – PR	-40.25
Faxinal – PR	-65.39	Pinhalão – PR	-11.15
Florestópolis - PR	-43.47	Pitanga – PR	-63.04
Francisco Beltrão - PR	-21.40	Presidente Castelo Branco - PR	-26.83
General Carneiro - PR	-4.09	Primeiro de Maio - PR	-53.21
Guarapuava - PR	-68.99	Quedas do Iguaçu - PR	-49.60
Ibaiti – PR	-37.47	Renascença - PR	-25.14
Icaraíma - PR	-32.90	Reserva – PR	-19.71
Inácio Martins - PR	-38.87	Ribeirão do Pinhal - PR	-27.89
Ipiranga – PR	-0.68	Santa Cruz de Monte Castelo - PR	-26.05
Iretama – PR	-44.26	Santa Inês - PR	-12.21
Itaguajé – PR	-25.05	Santo Antônio da Platina - PR	-35.56
Jacarezinho - PR	-43.15	Santo Inácio - PR	-16.97
Jaguapitã - PR	-29.95	São Jerônimo da Serra - PR	-23.43
Jundiá do Sul - PR	-29.82	São João do Caiuá - PR	-9.96
Lapa – PR	-14.07	São João do Triunfo - PR	-6.06
Laranjeiras do Sul - PR	-79.87	Sapopema - PR	-12.87
Lindoeste - PR	-35.31	Teixeira Soares - PR	-53.44
Londrina - PR	-41.53	Terra Rica - PR	-11.25
Luiziana – PR	-42.49	Tibagi – PR	-33.66

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Quadro 9 – Municípios com crescimento da população total e população rural de 91 para 2000 maior que 3% com assentamentos**

Município	Taxa de Crescimento da Pop. Total	Taxa de Crescimento da Pop. Rural	Número de Assentamentos
Amaporã	17,91	24,04	4
Bituruna	22,42	13,05	1
Cascavel	27,14	9,67	2
Jardim Olinda	8,40	44,78	1
Morretes	16,29	17,01	1
Querência do Norte	10,15	24,33	8
Santa Tereza do Oeste	75,78	14,55	1

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Quadro 10 – Municípios com crescimento da população rural 1991-2000 maior que 3% com assentamentos**

Município	Taxa de Crescimento da Pop. Total	Taxa de Crescimento da Pop. Rural	Número de Assentamentos
Amaporã	17,91	24,04	4
Bituruna	22,42	13,05	1
Cascavel	27,14	9,67	2
Jardim Olinda	8,40	44,78	1
Morretes	16,29	17,01	1
Querência do Norte	10,15	24,33	8
Santa Tereza do Oeste	75,78	14,55	1
Quinta do Sol	2,86	3,50	2

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este é uma primeira aproximação da análise dos dados. Observa-se que os impactos dos assentamentos rurais na estrutura populacionais são importantes, porém também é reduzida e diferenciada. Nossa classificação em municípios com perda populacional (MPP) e municípios com acréscimo populacional (MAP) nos possibilitou uma análise mais apurada, que a classificação proposta por Veiga (2001). Pretendemos que essa iniciativa fomente o desenvolvimento da pesquisa no sentido de compreender a contribuição dos assentamentos rurais na minimização do êxodo rural e numa melhor distribuição geográfica da população brasileira.

## **BIBLIOGRAFIA**

FERNANDES, Bernardo Mançano. Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação “Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira”. Brasília: NEAD, 2004.

LEITE, Sérgio *et al.* Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

IBGE. Censo Demográfico 1991. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.